

Crônica do cotidiano do governo

Ricardo Noblat

Na tarde da última segunda-feira, o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara dos Deputados, recebeu das mãos de um contínuo cópia do orçamento revisado da União para 1989, remetido ao Congresso pelo presidente José Sarney. A cópia estava acompanhada de um memorando, formal, assinado pelo ministro João Batista de Abreu, do Planejamento. Sant'Anna perdeu a calma no ato.

Nada, no momento, é mais importante para a administração federal do que o orçamento que o Congresso deverá votar até o próximo dia 15. Os governadores querem a revisão de alguns dispositivos do orçamento, principalmente daquele que os obriga a pagar 25% de parte dos juros da dívida externa dos estados. O PMDB imagina montar no orçamento para alterá-lo e para provar ao país que nada tem a ver com o governo.

Como, em uma situação como essa, o governo se limita, apenas, a despachar uma cópia do orçamento para quem terá a obrigação de defendê-lo no Congresso? Furioso, Sant'Anna telefonou para o ministro João Batista de Abreu. "Ele está ocupado em reunião", desculpou-se o chefe de gabinete do ministro. "Quem está falando aqui é o líder do governo e não estou telefonando para pedir emprego", recrudesceu o deputado.

O chefe de gabinete tornou a repetir que o ministro estava ocupado. "Quero saber se é para aprovar o orçamento que me mandaram ou se é para guardá-lo nos meus arquivos", ironizou Sant'Anna. Em seguida, telefonou, exaltado, para o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da presidência da República. "Esse governo não tem assessoria, não tem articulação, assim não dá", desabafou.

O orçamento deveria ter sido acompanhado de explicações detalhadas sobre cada um dos seus principais itens, ensinou o deputado. O governo estava obrigado a desembarcar seus técnicos no Congresso para fornecer



todos os esclarecimentos pedidos por deputados e senadores. "Minha casa de praia está me aguardando", ameaçou Sant'Anna. "E o mar da Bahia está cada vez mais verde."

Costa Couto prometeu que o deputado teria uma assessoria competente para travar em melhores condições a batalha pela aprovação do orçamento. Sant'Anna fingiu que acreditou. Menos de dois meses após a promulgação da nova Constituição, o país atravessa um momento, quando nada, singular. O sistema de governo, pelo que diz a Constituição, é presidencialista. Mas a Constituição, em sua essência, é parlamentarista.

Na prática, funciona um parlamentarismo sem primeiro-ministro e um presidencialismo sem presidente da República. Exemplar, quanto a isso, foi o que ocorreu nesta semana em relação ao orçamento da União para o próximo ano. Faz algum tempo que o governo, através dos ministros da Fazenda e do Planejamento, concluiu que os estados deveriam pagar 25% dos juros de sua dívida externa, sob pena de comprometer o controle do déficit público.

Há metas para o déficit estipuladas no acordo que o Brasil firmou com o FMI. A exigência do pagamento dos 25% dos juros faz parte da primeira e da segunda versões do orçamento remetido pelo governo ao Congresso. Com medo de que os governadores rompessem, formalmente, com sua administração, Sarney propôs uma nova fórmula que suavizaria a exigência. Desautorizou, com isto, seus próprios ministros.

Um deles, o do Planejamento, fincou pé contra a fórmula do presidente em reuniões que manteve com assessores dos governadores. Estes, por sua vez, aceitaram parte da fórmula presidencial e combinaram uma nova que deverá ser aprovada pelo Congresso. Foram os governadores que garantiram os cinco anos de mandato para Sarney e a manutenção do presidencialismo como sistema de governo.

No Congresso, Sarney não tem apoio suficiente para derrotar o que eles queiram. Ulysses tenta fazer as vezes de um primeiro-ministro em um sistema de governo que é presidencialista. Sarney faz as vezes de um presidente em um sistema que fortaleceu o Legislativo e enfraqueceu o Executivo. Em que vai dar isto, não se sabe. Sabe-se que está errado e que é difícil endireitar o que nasce torto.